

CLIPPING IMPRESSO

15/10/2019



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CNJ.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. ESMAM.....	3
2.2. POSSE.....	4
2.3. PRESIDÊNCIA.....	5 - 7
3. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	8
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CNJ.....	9
4.2. DESEMBARGADOR.....	10
4.3. ESMAM.....	11 - 13

Presidente do STJ muda regra e amplia regalia de classe executiva para magistrados

Presidente do CJF (Conselho da Justiça Federal), o ministro João Otávio de Noronha alterou uma portaria de 2015 e estendeu a todos os membros do colegiado o direito a viajar em classe executiva nos voos internacionais, regalia até então restrita ao presidente do órgão.

No último final de semana, Noronha viajou à Alemanha no comando de uma comitiva de ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e presidentes de Tribunais Regionais Federais, membros do CJF. Durante três dias, eles participam do Seminário Alemanha-Brasil, na Universidade de Friburgo. Ficarão afastados de 11 a 16 de outubro, sem que os valores da viagem tenham sido divulgados.

Em tempos de recursos limitados no Judiciário, terão as despesas de transporte, hospedagem e alimentação pagas com dinheiro público. Uma viagem hoje de ida e volta entre São Paulo e Berlim fica na casa dos R\$ 3.000 em classe econômica, valor que pode chegar a R\$ 12 mil com a regalia da executiva.

Noronha acumula a presidência do STJ com a do CJF, órgão responsável pela supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, com poderes correccionais. Ao alterar a portaria de 2015, em agosto, ele informou que buscou a “uni-

formização entre o CJF e o STJ no que concerne à emissão de passagens aéreas”.

Além de Noronha, viajaram em classe executiva para a Alemanha os ministros do STJ Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Ricardo Villas Bôas Cueva e Sebastião Reis Júnior. Sanseverino está encerrando o seu mandato no conselho. Cueva e Reis são suplentes.

Também viajaram os juízes federais Moreira Alves, presidente do TRF-1 (com sede em Brasília), Reis Friele, do TRF-2 (Rio de Janeiro), e Therezinha Cazerta, do TRF-3 (São Paulo). O seminário na Alemanha, segundo o STJ, “busca a troca de experiências e o diálogo binacional”.

Em nota, Therezinha Cazerta informou que o evento “é um seminário de alto nível, viabilizado através de convênio entre o CJF e a faculdade de direito da Universidade de Friburgo”. “Os participantes terão oportunidade de assistir apresentações, em Tribunais Superiores da Alemanha e no Tribunal Europeu de Direitos Humanos da União Europeia”, afirmou.

Em agosto, o juiz Moreira Alves autorizou o juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira —juiz auxiliar da presidência— a participar da visita da Justiça Federal aos tribunais da Alemanha.

TJMA é referência nacional em boa governança

(Foto: Hondrio Moreira)



O desembargador Joaquim Figueiredo afirmou que dados evidenciam o compromisso do TJMA no sentido de assegurar uma Justiça célere

sociedade.

O desembargador Joaquim Figueiredo explica que houve uma preocupação especial para que não ocorresse aumento

de gastos e nem fosse ultrapassada nenhuma cota. “Nada foi aprovado sem um criterioso estudo prévio embasado no orçamento. Esse modelo

gerencial refletiu no desembolso por parte do Poder Judiciário”, explica o presidente do TJMA.

Ele disse que – primando por serviços jurisdicionais céleres e eficientes – o Tribunal de Justiça superou desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautada em práticas de excelência.

“Com uma vasta agenda institucional, o Tribunal atuou de forma decisiva na superação de eventuais dificuldades nas áreas financeiras, de recursos humanos, materiais e estruturais, assumindo um papel central na política pública de Justiça”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo, acrescentando que o TJMA utilizou novas formas de gerenciamento, não expandindo – além dos limites legais e inflacionários – a despesa pública.



**PERGENTINO
HOLANDA**

ph@mirante.com.br
@holandaph

**DE
RELANCE**

Palestra no Fórum

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão promoverá, próximo dia 25, no auditório do Fórum do Calhau, a palestra “Inteligência Artificial no Poder Judiciário: Desafios e Perspectivas”. A ideia é propiciar a abertura de amplo debate entre servidores, magistrados, advogados e demais operadores do Direito sobre a implementação da Inteligência Artificial nos tribunais brasileiros.

ESTADO MAIOR

Posse

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA) realiza hoje, às 16h, sessão solene de posse do juiz José Gonçalo de Sousa Filho como membro efetivo na categoria de juiz de direito.

O magistrado, que é irmão do prefeito de Santa Rita, Hildo Gonçalo, ocupará a vaga aberta com o fim do biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva, que deixou o tribunal no mês passado.

José Gonçalo Filho foi eleito por unanimidade no Tribunal de Justiça do Maranhão.



**PERGENTINO
HOLANDA**

.....
ph@mirante.com.br
@holandaph

Referência nacional

O desembargador Joaquim Figueiredo começou a semana no mais absoluto estado de graça.

Motivo: levantamento feito com base no Relatório Justiça em Números (2019), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), registra melhorias substanciais na governança do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Considerando o orçamento destinado às despesas totais em 2017 e aquele destinado ao ano seguinte, houve uma redução de aproximadamente R\$ 157 milhões, sem qualquer reflexo negativo à prestação jurisdicional.

O presidente do TJMA afirmou que dados evidenciam o compromisso do Poder Judiciário maranhense no sentido de assegurar uma Justiça célere, econômica e eficaz, com a solidificação dos projetos que têm moldado a credibilidade da Justiça estadual perante a sociedade.

TJMA é referência nacional em boa governança, diz CNJ

Tribunal superou desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautada em práticas de excelência, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça

Divulgação

Levantamento feito com base no Relatório Justiça em Números (2019), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), registra melhorias substanciais na governança do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Considerando o orçamento destinado às despesas totais em 2017 e aquele destinado ao ano seguinte, houve uma redução de aproximadamente R\$ 157 milhões, sem qualquer reflexo negativo à prestação jurisdicional.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que dados evidenciam o compromisso do Poder Judiciário maranhense no sentido de assegurar uma Justiça célere, econômica e eficaz, com a solidificação dos projetos que têm moldado a credibilidade da Justiça estadual perante a sociedade.



Presidente Joaquim Figueiredo diz que modelo gerencial refletiu no desembolso por parte do Judiciário

Segundo o desembargador, houve uma preocupação especial para que não ocorresse aumento de gastos e nem fosse ultrapassada nenhuma cota. “Nada foi aprovado sem um criterioso estudo prévio, embasado no orçamento. Esse modelo gerencial refletiu no desembolso por parte do Poder Judiciário”, explica o presidente do TJMA.

Ele disse que - primando por serviços jurisdicionais céleres e eficientes - o Tribunal de Justiça superou desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautada em práticas de excelência.

“Com uma vasta agenda institucional, o tribunal atuou de forma decisiva na superação de eventuais dificuldades nas áreas financeiras, de recursos humanos, materiais e estruturais, assumindo um papel central na política pública de Justiça”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo, acrescentando que o TJMA utilizou novas formas de gerenciamento, não expandindo – além

dos limites legais e inflacionários - a despesa pública.

Estudo

Os dados constam no estudo desenvolvido pelo coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça e juiz auxiliar da Presidência, Cristiano Simas.

No tocante à despesa total do Tribunal de Justiça do Estado, o relatório demonstra que o orçamento destinado ao ano de 2018 foi de aproximadamente R\$ 1.200.343.245,00, que representa o corte de aproximadamente 12% em relação ao ano anterior. Mesmo assim, foram observadas melhorias substanciais nos itens relativos a Recursos Humanos, Informática e Despesas Diversas.

Em relação aos Recursos Humanos, foi registrado um gasto de aproximadamente R\$ 905.512.974,00, o que resultou em uma redução de aproximadamente 5,1% no quantitativo alocado a esta rubrica orçamentária.

Crescimento

Não obstante, houve um incremento da força de trabalho, uma vez que o TJMA tinha, em 2018 (ano-base 2017), o total de 5.483 funcionários, entre magistrados, servidores efetivos, requisitados e comissionados e força de trabalho auxiliar; enquanto no ano de 2019 (ano-base 2018) houve um crescimento da força de trabalho em 10%, para um quantitativo total de 6.053 servidores, com aumento da quantidade de juízes e incremento significativo da força de trabalho auxiliar.

Os dados mostram que o importante investimento – mesmo diante de um quadro de queda de receita – impacta positivamente nos índices de produtividade do Tribunal de Justiça do Maranhão, oportunamente nos anos vindouros, notadamente no Primeiro Grau de jurisdição, setor que recebeu, na atual gestão, atenção prioritária quanto à reestruturação da força de trabalho.

Tecnologia

Quanto aos investimentos em Tecnologia da Informação, foi registrado um aumento aproximado de 11% em relação ao ano anterior, o que possibilitou a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em todas as comarcas do Estado, em 2019.

Por conta de tais investimentos, o Tribunal de Justiça do Maranhão, no índice iGov-TIC-JUD 2019, saltou para a 6ª colocação entre os Tribunais estaduais, com o conceito “Aprimorado”, evidenciando a preocupação da atual gestão em modernizar e atualizar o parque tecnológico colocado à disposição de magistrados e servidores para o exercício da atividade jurisdicional.

Os dados mostram, também, que houve uma redução do custo, em aproximadamente 23%, para o funcionamento da máquina judiciária, o que representou uma economia total de quase R\$ 90 milhões. ●

Íntegra em oestadoma.com/474220

PGEs assinam termo de parceria com a AGU para avanço no sistema de informações

Os membros do Colégio Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg) estarão em Brasília, nesta terça (15), para a assinatura de protocolo de intenções preliminar da Advocacia Geral da União (AGU) com todas as Procuradorias Gerais dos Estados e do DF. O termo viabilizará para os estados a consulta ao sistema de gerenciamento de processos judiciais e administrativos da AGU.

O termo em questão trata-se do Acordo de Cooperação Técnica Preliminar (ACT-P), relativo ao Sistema Único de Procuradorias Públicas (SUPP). De acordo com o procurador geral adjunto do

Maranhão, Bruno Tomé Fonseca, a intenção da AGU é unificar a plataforma para que todas as unidades se comuniquem através de uma linguagem única de sistemas, uma vez que os estados não conseguem mais gerenciar manualmente os muitos processos que recebem.

A assinatura do termo é o primeiro passo, pois depende da análise do código-fonte do sistema de cada estado. “No Maranhão, nossa Tecnologia de Informação está se preparando para decodificar se esse sistema pode ser adaptado à nossa plataforma”, disse o procurador. “As plataformas têm que ser cada vez mais seguras para que nós possamos

gerenciar uma grande massa de informações, pois o maior réu que existe são os estados, mais que prefeituras e União, então temos que ter tecnologia avançada para suportar essa demanda”, afirmou ele.

Entre os ganhos que os estados terão com sistema de tecnologia mais avançado, Bruno Fonseca destaca agilidade na conclusão dos processos, geração de relatórios e rastreamento de demandas duplicadas. “Muitas vezes os estados são demandados até quatro vezes para a mesma parte e em relação aos mesmos objetos. Esses filtros são fundamentais para apresentarmos ao Judiciário, pois o Judiciário também é

prejudicado pela quantidade de demandas”, analisou.

Paralelo à parceria com AGU, a PGE/MA solicitou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a criação de uma ferramenta para detectar essas duplicidades de demandas. É necessário que o CNJ fique atento para essa situação. “Muitas das vezes vamos detectar a duplicidade na hora do pagamento, quando o ideal seria detectarmos essa situação no início, no ato da proposta da demanda, pois há casos de o mesmo CPF ter entrado com ação coletiva e ação individual. É um desafio para o qual os estados têm que se preparar”.

Homenagens a profissionais

OSVALDO PEREIRA ROCHA*

Para honra e glória do Grande Arquiteto do Universo. “Até aqui o Senhor nos ajudou” (1.Samuel 7:12). Todos os profissionais que visam ao ensino, à saúde e à aplicação da Justiça merecem homenagens.

O Professor é personagem principal na vida de qualquer pessoa e o Médico, que tem o dom de curar as pessoas e outros animais, também o é. E ambos merecem encômios. Os advogados e os magistrados, indispensáveis à aplicação do direito e da Justiça, são dignos de elogios. Por isso, merecem homenagens e reconhecimentos.

O Professor tem o seu dia legalmente instituído, isto é, 15 de outubro, o Médico é homenageado com o seu dia, em 18 de outubro e o Advogado em 11 de agosto; três datas importantes e, por isso, não podem ser esquecidas. O primeiro pode ser de primeiro, segundo ou terceiro grau e isto quer dizer que todos os alfabetizados passam por suas mãos ou pelos seus ensinamentos; o segundo pode ser clínico geral ou generalizado ou ter uma ou mais especialidades, como cardiologista, dermatologista, ginecologista, nutricionista, obstetrícia, oncologista, pediatria, psiquiatria, psicologia, radioterapia e urologia, e o terceiro pode ser civilista,

criminalista, trabalhista, etc. Todos devem seguir sua vocação e, considerando a evolução tecnológica do nosso tempo, devem se aperfeiçoar, sempre, a fim de sair-se bem no desempenho de sua missão. Ao trabalhar naquilo que gosta, e se sente bem, o profissional faz bem feito o seu trabalho e se sente realizado. Infelizmente, em nosso País, há desestímulo para os alunos se tornarem professores, isto é, por causa do baixo salário percebido pela categoria, por ausência de boa formação, pela falta de carreiras devidamente estruturadas, no serviço público e nos três níveis, ou seja, federal, estadual e municipal.

Graças ao Grande Arquiteto do Universo, com inusitada satisfação, este articulista tem seu segundo irmão e amigo advogado Valdemir Pereira Rocha, com domicílio em Brasília – DF e é aposentado por tempo de serviço, pela Câmara dos Deputados; sua sobrinha e diletta amiga Tânia Soares Rocha e seus sobrinhos e amigos

Ronaldo Soares Rocha e Rafael Pinheiro Rocha, todos registrados na OAB, em Brasília – DF, onde têm domicílio e laboram; seu irmão Maçom, confrade e amigo Raimundo Marques, renomado Advogado maranhense, que brilha na carreira abraçada; e seu sobrinho Marco Antônio de



Melo Rocha, inscrito na OAB – MA que, como os demais advogados supracitados, praticam a advocacia visando à aplicação do direito, com vistas à liberdade, à igualdade e à fraternidade. E seu primeiro irmão amigo Salomão Pereira Rocha, Médico ginecologista e obstetra, em São Luís - MA, aposentado por tempo de serviço, pelo então INPS que, em 05 de setembro próximo passado, celebrou 90 anos de feliz existência; o sobrinho e amigo Sascha Rocha, Médico em Brasília – DF onde tem domicílio; a sobrinha Médica Débora de Melo Rocha, que exerce a medicina na cidade de Tuntum - MA e duas netas amigas formadas em Psicologia, isto é, Alina Luiza Cardoso

Rochae Lorena Lima Cardoso Rocha, ambas em plena atividade profissional nesta Cidade Cultural, Patrimônio da Humanidade e capital maranhense. Parabéns ao meu sobrinho e amigo Kleber James Rocha Lopes por haver abraçado o magistério. Feliz Dia do Professor, 15 de outubro! Feliz Dia do Médico, 18 de outubro! SL, 08/10/2019. Roga ao Grande Arquiteto do Universo para que continue nos abençoando, nos dando saúde, amor e paz.

*Colaborador, registro DRT/MA nº 53. Advogado, OAB/MA 961 e Auditor-Fiscal do Trabalho, aposentado por tempo de serviço. Site www.osvaldopereirarochoa.com.br

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



« “A ESMAM estará sempre aberta para incentivar, discutir e aprimorar, diante da crise ética e moral pela qual passam as instituições públicas, ações que assegurem a boa reputação e credibilidade do Judiciário”, disse o desembargador Froz Sobrinho, diretor da escola judicial, no encerramento da exposição. »

Kátia Persovisan
 katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
 Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
 Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>
CONTEXTO



Entre Nós

***A Escola Superior da Magistratura convida magistrados e outros profissionais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para a Mesa de Debates "Novo CPC: Avanços e desafios nos três anos de vigência", que será realizada no dia 25 de outubro, no prédio do Mestrado em Direito da UFMA (Rua do Sol), em São Luís, às 17h.

***São 150 vagas para juízes e servidores do Judiciário, disponíveis no sistema acadêmico Tutor (www.tjma.jus.br/esmam), de 14 a 18 de outubro. Outros integrantes do sistema de Justiça serão inscritos por meio de lista prévia enviada pela ESMAM às instituições parceiras.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blogjornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Em destaque

Em mais uma edição do projeto Durante o Expediente, o desembargador Froz Sobrinho, diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão - ESMAM, recebeu, na sexta-feira (11), o coordenador do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ, conselheiro Valtércio Oliveira, que ministrou palestra, no Fórum de São Luís, sobre a importância aplicação da Justiça Restaurativa no âmbito do Judiciário maranhense. Participaram do evento, o juiz José Costa (2ª Vara da Infância e Juventude), juíza Diva Mendes (diretora do Fórum de São Luís) e o procurador-geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia.



José Costa, Diva Mendes, Valtércio Ramos, Froz Sobrinho e Rodrigo Maia